

Experiência e familiaridade com a tema de financiamento de atividade inovativa, transferência de tecnologia e propriedade industrial como colateral

Perguntas 1,2,3 - Qual sua experiência profissional, inclusive em anos, em atividade diretamente relacionadas ao uso de Direitos de Propriedade Intelectual como colateral para instrumento de financiamento de atividades inovativas?

Resposta esperada - De acordo com cada candidato(a).

Questão sobre garantia de financiamento utilizando como garantia o direito de propriedade industrial

Pergunta 1 - De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 (alinhada à IFRS 9/CPC 48), três são os principais requisitos prudenciais centrais para que ativos de PI sejam elegíveis como garantia. Fale um pouco sobre: Mensuração confiável do valor (valuation auditável)

Resposta esperada: Valor do ativo estimado por método consistente (fluxo de caixa, mercado, custo, opções reais), com premissas documentadas, trilha de auditoria e replicabilidade por terceiros. O laudo deve permitir testes de sensibilidade e atualização periódica.

Pergunta 2 - De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 (alinhada à IFRS 9/CPC 48), três são os principais requisitos prudenciais centrais para que ativos de PI sejam elegíveis como garantia. Fale um pouco sobre: Exequibilidade jurídica

Resposta esperada: Direitos claros e oponíveis a terceiros (cadeia de titularidade limpa, ausência de litígios relevantes) e contrato de garantia válido, com anotação/publicidade no órgão competente. Regras e passos de execução previamente definidos (prazos, eventos de default, poderes do credor).

Pergunta 3 - De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 (alinhada à IFRS 9/CPC 48), três são os principais requisitos prudenciais centrais para que ativos de PI sejam elegíveis como garantia. Fale um pouco sobre: Realização/liquidez em caso de inadimplência

Resposta esperada: Criação de um mercado secundário. Mecanismo crível para converter o ativo em caixa (licitação/leilão, cessão, relicenciamento), com canais de venda e referências de preço. Evidências de mercado (demandantes potenciais, histórico de transações) que reduzam o risco de “encalhe”.

Questão específica de instrumento, operacionalização e regulamentação de financiamento pelas agências e bancos de fomento utilizando Propriedade Industrial como garantia para financiamento.

Pergunta 1 - Com base no relatório "Desbloqueando o IP Finance no Brasil: como a experiência dos mercados relevantes pode ajudar o Brasil a avançar":

Quais agentes públicos de fomento deveriam participar inicialmente de um fundo voltado a operações garantidas por Propriedade Industrial?

Resposta esperada:

FINEP – maior proximidade com P&D e projetos intensivos em PI; histórico em crédito à inovação, subvenção econômica e instrumentos híbridos; rotina com ICTs, TRLs, due diligence tecnológica e contratos de TT.

BNDES – escala e capacidade de estruturar fundos/veículos com o mercado de capitais; rede de bancos repassadores; experiência em garantias, co-garantias e securitização.

Pergunta 2 - Com base no relatório "Desbloqueando o IP Finance no Brasil: como a experiência dos mercados relevantes pode ajudar o Brasil a avançar": Qual agente público de fomento possui maior proximidade com o fomento à PI e por quê?

Resposta esperada: FINEP, pela atuação cotidiana com ICTs, avaliações técnicas, maturidade tecnológica e arranjos contratuais de transferência de tecnologia.

Pergunta 3 - Com base no relatório "Desbloqueando o IP Finance no Brasil: como a experiência dos mercados relevantes pode ajudar o Brasil a avançar": Quais são as principais vantagens e desvantagens dos principais agentes públicos de fomento em atuar diretamente no fomento?

Resposta esperada:

FINEP

Vantagens: domínio do ciclo tecnológico e de ativos de PI; melhor triagem técnica e origem; aderência a processos de validação de intangíveis.

Desvantagens: menor escala e custo de funding em relação a um banco de desenvolvimento; para distribuição ampla e requisitos prudenciais pode demandar parceria bancária/veículos compartilhados.

BNDES

Vantagens: grande escala e poder de sinalização; capacidade de estruturar garantias e securitizações; governança de fundos e atuação indireta com rede de repasse.

Desvantagens: menor proximidade técnica com avaliação de PI; sem arranjos de mitigação e padrões informacionais robustos tende a aplicar haircuts mais conservadores.